

O discurso antigênero e a fórmula “ideologia de gênero”

The antigender discourse and the formula “gender ideology”

Hélvio Pires Tolentino¹

Júlia Maria Costa de Almeida²

Resumo: Este trabalho propõe observar a circulação da expressão *ideologia de gênero* no discurso político brasileiro, a partir do quadro teórico das fórmulas discursivas proposto por Alice Krieg-Planque (2010; 2011). Por meio de mineração e extração em redes sociais, o *corpus*, constituído de dez postagens de perfis de políticos no Facebook, apresenta ocorrências de *ideologia de gênero*, observadas quanto às quatro propriedades – cristalização, caráter discursivo, referente social, aspecto polêmico – destacadas por Krieg-Planque para a verificação do caráter formulaico de uma sequência. A análise dos enunciados verbais, em sua maioria de políticos ultraconservadores, mostra aspectos do discurso antigênero no Brasil e a propulsão que lhe garante a expressão *ideologia de gênero*, assim como as possibilidades de contradiscurso propostas pelo campo progressista.

Palavras-chave: discurso político; *ideologia de gênero*; fórmulas discursivas.

Abstract: This paper proposes to observe the circulation of the expression *gender ideology* in the Brazilian political speech, considering the theoretical framework of discursive formula proposed by Alice Krieg-Planque (2010; 2011). By means of mining and extracting in social medias, the corpus is composed of ten posts of politicians on Facebook that presents occurrences of *gender ideology*, observed the four properties – crystallization, discursive character, social referent, polemic aspect – highlighted by Krieg-Planque to verify the formulaic character of a sequence. The analysis of the verbal utterances, most of them are of ultra-conservative politicians, shows aspects of anti-gender discourse in Brazil and the propulsion that guarantee them the expression *gender ideology*, as well as the possibilities of the counterdiscourse proposed by the progressist field.

keywords: political discourse; *gender ideology*; discursive formulas.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: tolentinohelvio@gmail.com.

² Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: almeidajuliamc@gmail.com.

Introdução

Nos últimos anos, presenciou-se a disseminação de um discurso contrário às políticas educacionais progressistas, voltadas ao resguardo da diversidade de gênero social e à inclusão da população LGBTQIA+ no espaço escolar. Seus defensores são agentes políticos integrantes da extrema-direita, especialmente ligados a setores religiosos, representantes de uma ideologia ultraconservadora e de valores morais tradicionais, os quais entendem que questões concernentes a gênero social, entre outras, não devem ser discutidas no espaço escolar, mas apenas na esfera familiar.

Neste contexto, passou a circular a expressão *ideologia de gênero* para designar e depreciar o conteúdo das discussões que versam sobre identidade de gênero na educação, podendo ser considerada uma fórmula discursiva, conforme já afirmaram Silva *et al.* (2021). Buscamos, neste trabalho, analisar a circulação da sequência *ideologia de gênero*, a partir da noção de fórmula discursiva proposta por Alice Krieg-Planque (2010; 2011), a fim de identificar os usos que se impõem e se confrontam entre os agentes políticos em seus discursos sobre educação nas redes sociais, no período entre 2018-2021. Buscamos, assim, delimitar características do discurso antigênero no Brasil e o modo como se ancora na fórmula *ideologia de gênero*, especialmente no debate sobre educação no período do governo de Jair Bolsonaro.

Em *Ideologia Antigênero e a Crítica da Era Secular de Saba Mahmood*, Judith Butler (2019), filósofa e expoente teórica dos estudos de gênero, busca compreender a ideologia antigênero nos Estados Unidos e em outros países, sugerindo que esta é fruto de uma reação à recente incursão de movimentos sociais na esfera privada da família, bastião das religiões, que sempre lidaram com questões relativas a casamento e família através de meios não legais (por meio de costumes, normas e consultas a autoridades religiosas). De acordo com a filósofa, convenções e normas envolvendo a vida familiar só são entendidas como *legais* quando o direito secular se diferencia da lei religiosa e define a jurisdição adequada desta última a partir da estruturação político-legal da família, resultando nas discussões mais contemporâneas sobre gênero social.

Segundo Butler (2019), a concepção de *ideologia de gênero* surgiu nos anos noventa, quando o Pontifício Conselho para a Família chamou a atenção contra a noção de gênero por, supostamente, ameaçar a família e a autoridade bíblica, podendo desencadear a crença de que seja possível indivíduos escolherem seu próprio gênero, sem necessariamente se casarem ou viverem sob a égide da heterossexualidade. A teoria de gênero entende que a orientação sexual e a identidade de gênero são oriundas de construções sociais, e não frutos da ordem biológica, genética ou metafísica. Portanto, a teoria butleriana subverte o tradicional modelo cis-

heteronormativo, o qual reduz o entendimento sobre a sexualidade, baseado no binarismo homem/mulher. Daí, é possível depreender outras identidades de gênero possíveis, como a homossexualidade, a bissexualidade, a transexualidade e as expressões de gênero, como as de *gays*, *travestis*, *drag-queens* e *crossdressers*, por exemplo.

Em documento final produzido pelo Pontifício Conselho para a Família, em dezembro de 1999, a expressão *ideologia de gênero* é contra os discursos feministas e sua suposta tentativa de destruição do casamento monogâmico³ e, a partir deste documento, outras publicações e conferências passaram a alimentar um movimento definido por Garbagnoli & Prearo (2017, apud SILVA *et al.*, 2021, p. 117) como *cruzada antigênero*, a qual chegou a 50 países.

Para Judith Butler (2019), um dos autores de referência desse discurso antigênero é o argentino Jorge Scala, advogado, professor e católico, que define *gênero* de forma análoga ao sexo biológico, para quem a *ideologia de gênero* provocaria profundas mudanças nas pautas morais, destruindo a sociedade e impondo uma nova antropologia, contrária à religião e à ciência. Seu livro *Ideologia de gênero: neototalitarismo e a morte da família* (Scala, 2010), segundo a filósofa, foi amplamente distribuído por igrejas evangélicas e comunidades católicas.

Nos anos seguintes, as discussões sobre gênero destacaram-se nas eleições de muitos países, como Brasil, Costa Rica, Colômbia, França, Suíça, Alemanha, Hungria (onde os estudos sobre gênero foram abolidos), nos Balcãs, entre outros. Para Butler, no Brasil, “a ideia da nação, e a própria masculinidade, são vistas como ameaçadas pela ‘ideologia de gênero’” (Butler, 2019, p. 222). Lembramos que no país, em 2013, essa discussão sobre gênero chegou ao discurso político a partir do Projeto de Lei n.º 2002/2013, de autoria dos Deputados Jean Wyllys e Érika Kokay, que dispõe sobre o direito ao reconhecimento à identidade de gênero de todas as pessoas transgênero no Brasil.

Em 2014, a discussão sobre *ideologia de gênero* se voltou à educação, com debates políticos acalorados no Congresso Nacional sobre a inclusão ou a retirada de termos como *gênero* e *sexualidade* no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado naquele ano⁴, desdobrado em discussões semelhantes nos processos de elaboração dos planos estaduais e municipais de Educação. A polarização de ideias envolvia, de um lado, a evocação da expressão *ideologia de gênero* por um grupo de políticos ultraconservadores, que afirmava haver um processo de doutrinação nas escolas quanto a questões de gênero e sexualidade; e de outro lado,

³ (PONTIFICAL COUNCIL FOR THE FAMILY, 2019) Family and Human Rights. Disponível em: <https://bit.ly/34iPOJP>. Acesso em: 16 de nov. de 2019).

⁴ Lei 13.005/2014.

um grupo de políticos progressistas que negava a existência de algo que pudesse ser nomeado como *ideologia de gênero*.

A discussão sobre a chamada *ideologia de gênero* ganhou novos contornos nas eleições de 2018, sendo a expressão utilizada como argumento de agentes políticos da ala ultraconservadora, como Jair Bolsonaro, Marco Feliciano e Cabo Daciolo, circulando em diversos gêneros discursivos, como o noticioso, o político, o jurídico etc., com o debate sobre a necessidade de proibir ou não a discussão sobre gênero social e determinadas ideologias nas escolas⁵, com grande repercussão nas eleições e na área da educação. Inclusive Jair Bolsonaro, em seu discurso de posse, proferido em janeiro de 2019, firmou um compromisso pela erradicação da “ideologia de gênero nas escolas” e jurou resistir à “submissão ideológica”.

Esse direcionamento para a exclusão da discussão de gênero ou do uso da palavra *gênero* nas escolas chegou ao STF por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) N.º 5668, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em março de 2017, relativa ao PNE, pedindo que o STF reconhecesse o dever constitucional das escolas públicas e particulares de prevenir e coibir o *bullying* homofóbico, consistente em discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, bem como de respeitar a identidade de crianças e adolescentes LGBTQIA+ no ambiente escolar. Após ser colocada em votação para 11 de novembro de 2020, com parecer favorável da Procuradoria-Geral da República, uma forte pressão de setores religiosos levou a matéria a ser retirada de pauta pelo então presidente do STF, ministro Luiz Fux, ainda sem definição.

Quadro teórico: as fórmulas discursivas e suas propriedades

Krieg-Planque (2010) define quatro características que evidenciam a circulação formulaica de um termo, uma expressão ou frase. A primeira característica é a cristalização e, sobre essa, Krieg-Planque afirma, baseando-se no trabalho heurístico de Jean-Pierre Faye, que algumas palavras se amalgamam por ação da soldadura que as estruturas das línguas oferecem, embora algumas acolham determinadas expressões mais prontamente do que outras. Para Faye, essa soldadura dá testemunho da existência da fórmula (Krieg-Planque, 2010, p. 44), sendo por meio da cristalização que a fórmula adquire seu caráter *ativo*, torna-se ação.

⁵ A referida polêmica retomou a discussão sobre o *Escola Sem Partido*, movimento criado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib, procurador do estado de São Paulo, com o intuito de representar pais e estudantes contrários ao que chamam de doutrinação ideológica nas escolas, e que posteriormente influenciou vários projetos de lei sobre esse tema, nas diversas esferas legislativas.

Assim, o caráter cristalizado da fórmula pode ser percebido em um significante estável, pois deve ser possível segui-la pelos rastros de sua forma. O estatuto formulaico pode ser encontrado em unidades lexicais simples (*humanitário*), complexas (*direitos humanos*), léxico-sintáticas (*pão e X*), estruturas formadas por um conjunto de termos com a copresença de um elemento lexical combinado a outros recursos (*não é não*); e sequências autônomas (*nunca mais*), que são mais difíceis de serem fixadas. A cristalização assegura sua estabilidade formal, pois são expressões registradas na memória coletiva. Uma fórmula também pode dar origem a variantes por modificações morfológicas (*a periferia e as periferias*), morfossintáticas (*os excluídos e a exclusão*) ou até mesmo a descristalizações que implicam jogos de palavras (*purificação étnica para purificação ética*).

A segunda propriedade formulaica apresentada por Krieg-Planque é o caráter discursivo, pelo qual se afirma que a noção de fórmula não é linguística, mas discursiva, pois não existe sem os usos e os sentidos “por meio dos quais a sequência assume um movimento, torna-se um jogo de posições, é retomada, comentada, para de funcionar no modo ‘normal’ das sequências que nomeiam pacificamente e que usamos sem mesmo nos dar conta delas” (Krieg-Planque, 2010, p. 82). Logo, tal noção está ligada a condições de produção, à história, ao contexto e a mudanças sociais em que os enunciadores se posicionam, a fim de defender ou combater posicionamentos. A incidência desse caráter discursivo não depende de formas linguísticas típicas, como neologismos e ditos, pois sua ocorrência nem sempre desperta disputas entre interlocutores, a não ser que parem de funcionar em seu uso corrente e se tornem um jogo de posições. Essa propriedade deve estar associada a outras duas propriedades constitutivas de que falaremos a seguir: o caráter de referente social e o caráter polêmico, consideradas interdependentes.

A terceira propriedade da fórmula é caracterizar-se como referente social, sendo um signo que evoca alguma coisa para todos num dado momento. Para que isso ocorra, é necessário que ele seja conhecido por todos, pois essa *notoriedade* do signo é uma condição necessária para a existência formulaica da palavra ou sequência (Krieg-Planque, 2010, p. 92). A autora indica haver diversos critérios para atestação da notoriedade de um signo, porém isoladamente nenhum deles dá uma resposta definitiva. Para tal, pode-se recorrer à lexicografia e à observação diacrônica do aumento da frequência nas bases de dados dos jornais (*corpus estável*), evitando-se as entrevistas, pois seu caráter é de imposição de uma expressão. Deve-se também diferenciar o aumento de frequência de termos que resultem de acontecimentos mundanos (como *avalanche*) dos acontecimentos discursivos e nocionais.

O caráter de referente social também pode ser atestado em variados tipos de discursos, orais e escritos, especializados e leigos, sob a diversificação dos lugares de emergência, em que, a depender da formação discursiva, possibilita significações múltiplas e até mesmo conflituosas na acepção dos enunciados. Na aferição desse caráter, a produção lexicológica também é um possível indício desse referente, a partir de termos derivados e compostos, como em *Le Pen – lepenização* etc. Essa característica também indica a possibilidade de significações múltiplas, ou até mesmo contraditórias, em um momento e espaço sociopolítico.

A quarta propriedade da fórmula é seu caráter polêmico que, para Krieg-Planque (2010, p. 100), é indissociável do caráter referente social, pois há neles, como denominador comum, um território partilhado, uma arena, onde o enfrentamento se torna possível entre os enunciadorees. Essa disputa ocorre, pois a fórmula evoca questões sociopolíticas, modos de vida, recursos materiais, decisões políticas das quais os indivíduos dependem, direitos, deveres, relações de igualdade ou desigualdade. É diferente do que ocorre, por exemplo, nos *slogans* publicitários, títulos e trechos de obras, pois gera debates, reivindicações, e raramente participa de um único processo discursivo. Logo, ocorre uma disputa pela descrição daquilo que se considera real. Para a autora, a polêmica pode se operacionalizar “ao modo da injunção de proferimento e ao da recusa de enunciar” (2010, p. 101).

Mas esta pesquisa pretende também verificar as relações interdiscursivas que se apresentam na circulação da fórmula. Pressupor o interdiscurso significa recusar o fechamento do enunciado, considerar este como sendo “aberto aos enunciados exteriores e anteriores, cada enunciado participando assim de uma cadeia verbal interminável” (Maingueneau, 2015, p. 28). A partir de Maingueneau e do seu primado do interdiscurso, o objeto de análise é sempre um espaço de trocas, que

coloca o interdiscurso como espaço de regularidade pertinente, do qual diversos discursos são apenas componentes [...] isso significa que esses últimos não se constituem independentemente uns dos outros, para serem, em seguida, postos em relação, mas eles se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso. Seria a relação interdiscursiva que estruturaria a identidade. (Maingueneau, 2008, p. 21)

Logo, nas indagações que levaremos à investigação do *corpus*, devem estar pontuadas as relações da sequência *ideologia de gênero* com discursos anteriores e primeiros, como é o caso da teoria de gênero que lhe serve de condição de produção, assim como uma gama de novos contradiscursos que lhe servem como oponentes a partir de sua circulação no espaço público.

Ao se considerar o primado do interdiscurso como pressuposto teórico, é importante também ressaltar que as relações interdiscursivas que a fórmula mobiliza se dão entre campos discursivos bem distintos, como o discurso político, religioso, científico, jurídico etc., estabelecendo relações de tensão, rejeição ou aliança. A fórmula é um objeto polêmico que aciona discursos aliados e adversários, como a religião e a ciência. Importante considerar que, nas relações interdiscursivas, os discursos oponentes são muitas vezes compreendidos por meio de interincompreensão e simulacros, isto é, entende-se o adversário nos seus próprios termos. Segundo Maingueneau, esses enunciados do Outro só são *compreendidos* no interior do fechamento semântico do intérprete; para construir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que dele constrói (Maingueneau, 2008, p. 100).

Nesse sentido, ao analisarmos a fórmula *ideologia de gênero*, os conceitos desenvolvidos pelos estudos de gênero e pela teoria de gênero tornam-se condição de produção para a fórmula analisada, funcionando como um discurso primeiro e que se torna um simulacro, pelo processo de interincompreensão, para o discurso ultraconservador. Daí, pode-se depreender que o discurso político de viés ultraconservador busca elementos do discurso religioso para intervir em práticas e discursos educacionais de cunho progressista. Logo, a fórmula *ideologia de gênero* converte em simulacro a teoria de gênero proposta por Judith Butler.

Metodologia e análise do *corpus*: propriedades da fórmula *ideologia de gênero*

Nosso estudo busca complementar o de Silva *et al.* (2021), que percorreu a trajetória do enunciado *ideologia de gênero*, da perspectiva das fórmulas, a partir de sua gênese até 2018. Em nosso caso, fizemos a coleta de dados no período entre 2018 e 2021, considerando que diversos acontecimentos mais recentes podem ter produzido novas variantes, paráfrases e uma produtividade lexicológica na circulação da fórmula, como a campanha eleitoral de 2018 e o debate judicializado no STF em torno da exclusão do termo *gênero* dos materiais didáticos. Apesar de as autoras utilizarem a perspectiva teórica de Krieg-Planque, não foi feita uma análise em um *corpus* estável, como propomos fazer aqui e iremos apresentar a seguir.

Para a coleta efetiva de dados, foi utilizada a plataforma *CrowdTangle*, que nos permitiu extrair, em páginas ou contas verificadas de pessoas públicas do Facebook e do Instagram, postagens que contêm a expressão *ideologia de gênero*, publicadas no período entre janeiro de 2018 e outubro de 2021. O conjunto de publicações foi filtrado por idioma (português) e por país (Brasil). Um levantamento inicial permitiu perceber um número maior de *posts* e de

interações sobre *ideologia de gênero* no *Facebook*, por isso esta rede foi a escolhida como base para a coleta do *corpus*. No período escolhido, a plataforma teve 29.249⁶ *posts* públicos sobre o tema, com 19,8 milhões de interações. Também buscamos as expressões *teoria de gênero* e *identidade de gênero* na mesma plataforma e período, no entanto essas obtiveram menor performance. Enquanto *teoria de gênero* obteve 278.423 interações e 551 postagens, *identidade de gênero* apresentou 4,3 milhões de interações em 15.158 postagens.

A análise que se segue considerará, do conjunto de enunciados extraídos entre 2018-2021, as dez postagens em perfis oficiais de políticos em mandatos eletivos no país entre as que obtiveram maior performance, o que compreende a soma do número total de interações, isto é, a soma do número de curtidas, comentários e compartilhamentos em cada postagem analisada. A seleção por critério de maior engajamento revela postagens de diversos agentes políticos, que versam sobre educação, infância, adolescência e orientação sexual, buscando apresentar um panorama da circulação recente da expressão em momentos marcantes da vida nacional, considerando que a grande maioria dos enunciadores de maior destaque são ultraconservadores, o que pode indicar maior atuação desse grupo na temática sobre gênero social nas redes sociais.

Apresentamos, na tabela abaixo, informações sobre as dez postagens de políticos no Facebook entre 2018-2021 que integram o *corpus* deste trabalho, numeradas de 1 a 10, em ordem decrescente de maior número de interações, assim como os dez enunciados reproduzidos ou transcritos, pela mesma ordem de numeração, indo de E1 a E10.

Tabela 1 – Postagens selecionadas

POLÍTICO	DATA DA POSTAGEM	NÚMERO DE INTERAÇÕES	CONTEXTO	OCORRÊNCIA
1 - Jair Messias Bolsonaro (Presidente da República)	12/01/2020	9.967.056 (Vídeo)	Presidente anuncia haver em seu governo livro didático mais barato e sem política ou <i>ideologia de gênero</i> .	(E1) “Livro didático no Governo Jair Bolsonaro: mais barato e sem política ou ideologia de gênero”.
2- Jair Messias Bolsonaro (Presidente)	03/09/2019	9.797.867 (Texto escrito – status)	Bolsonaro determina ao MEC preparar Projeto de Lei proibindo	(E2) “Determinei ao Ministério da Educação - MEC, tendo em vista o princípio da proteção

⁶ A extração foi feita no mês de outubro de 2021 com apoio de recursos do Labic – Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo.

da República)			<i>ideologia de gênero</i> no Ensino Fundamental	integral da criança e do adolescente, previsto na Constituição Federal, preparar Projeto de Lei que proíba ideologia de gênero no ensino fundamental.”
3 – Jair Messias Bolsonaro (Presidente da República)	16/08/2018	5.492.501 (Texto escrito – status)	Em campanha às eleições de 2018, o então candidato diz que o brasileiro tem a opção de escolher um Presidente contra a <i>ideologia de gênero</i> e doutrinação ideológica nas escolas.	(E3) “O brasileiro desta vez tem a opção de escolher um Presidente [...] Contra ideologia de gênero e doutrinação ideológica nas escolas [...] A favor da redução da maioria penal; Por fim, um presidente que seja honesto, patriota e tenha Deus no coração”.
4 – Eduardo Bolsonaro (Deputado Federal)	26/11/2020	2.561.815 (Foto e Texto escrito)	Caso Rhuan: deputado propõe Projeto de Lei que altera Código Penal e inclui motivação de <i>ideologia de gênero</i> como crime hediondo	(E4) “De autoria de Eduardo Bolsonaro, Carla Zambelli, Bia Kicis, PL 3492/19 inclui motivação de ideologia de gênero nos crimes hediondos e aumenta pena de crimes contra crianças e adolescentes”. “Degolado por um casal de lésbicas motivadas por ideologia de gênero, ele também teve olhos furados, pele arrancada e corpo queimado e jogado em um bueiro”
5 – Eduardo Bolsonaro (Deputado Federal)	07/07/2021	2.537.757 (Texto)	Deputado critica banimento de apresentador de TV da rede social por ser contrário à propaganda com temática da <i>ideologia de gênero</i>	(E5) “Após criticar campanha do Burger King com crianças defendendo ideologia de gênero, Sikêra Jr. é banido do Instagram”. “Como se não bastasse ser boicotado, agora banido de rede social.

				Essa agressão do politicamente correto contra nossa liberdade de expressão tem que acabar. Todo apoio ao Sikera Júnior”.
6 – Magno Malta (Ex-senador e atual Presidente do Partido Liberal no ES)	26/06/2021	1.760.566 (Vídeo)	Critica propaganda de rede de <i>fast food</i> sobre <i>ideologia de gênero</i>	(E6) “Diga não à ideologia de gênero! Vamos reagir!”
7 – Gabriel Monteiro (Vereador do Rio de Janeiro)	03/01/2021	1.526.192 (Texto escrito)	Após assumir liderança do partido na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, vereador afirma que pautas como <i>ideologia de gênero</i> , sexualização das crianças, bandidolatria, e as demais <i>sacanagens</i> da esquerda, serão derrotadas.	(E7) “no que depender de mim, pautas como ideologia de gênero, sexualização das crianças, bandidolatria, e as demais <i>sacanagens</i> da esquerda, serão derrotadas”
8 – Carla Zambelli (Deputada Federal)	09/07/2021	1.415.663 (Foto com Texto escrito)	Informa que prefeito de São Paulo promete veto a projeto do PT sobre <i>ideologia de gênero</i> nas escolas.	(E8) “Prefeito de SP promete veto a projeto do PT sobre ideologia de gênero nas escolas”
9 – Jean Wyllys (Ex-Deputado Federal)	15/09/2018	1.235.019 (Texto escrito)	Explica teor de Projeto de Lei sobre identidade de gênero e afirma não existir nada chamado <i>ideologia de gênero</i>	(E9) “O kit gay nunca existiu e o livro que o candidato fascista apresentou no Jornal Nacional é uma obra muito séria de um autor suíço e uma autora francesa, foi traduzido a várias línguas, vendeu milhões de exemplares no mundo, mas jamais

				foi distribuído nas escolas brasileiras. Também não existe nada chamado <i>ideologia de gênero</i> , um delírio semelhante à teoria da “Terra plana”. [...] Eu não sou “inimigo da família”, muito pelo contrário: sou autor de projetos de lei que incluem milhões de famílias na proteção do Estado e garantem seus direitos! [...]”
10 – Jean Wyllys (Ex-Deputado Federal)	04/01/2019	1.231.048 (Texto escrito)	Afirma que <i>Ideologia de gênero</i> é dizer que menino tem que usar azul, e menina, rosa	(E10) “Ideologia de gênero é dizer que menino tem que usar azul, e menina, rosa.”

Fonte: *Facebook*

A amostra contempla usos discursivos de ambos os lados do espectro político nacional, com uma representação maior do grupo ultraconservador (oito postagens), que parece ser dominante na utilização da fórmula, mas não deixou de captar o contradiscurso e a voz do campo progressista.

Quanto aos gêneros discursivos apresentados, consideramos a teorização de Marie-Anne Paveau (2015) sobre tecnogênero, conceito criado para explicitar a junção crucial nesses gêneros entre linguagens e novas tecnologias, dispondo de dimensão sociodiscursiva e coerções sociotécnicas. Plataformas como Tweeter, Facebook e Instagram resultam em tecnogêneros prescritivos que definem espaços e regras de uso, tamanho de texto, compartilhamento, interação etc. O Facebook permite postagens plurissemióticas, com número de caracteres ampliado em relação a outras redes sociais, com possibilidade de formato simples (apenas verbal) a formas complexas, com partilha de imagens e fotos, vídeos, notícias etc. O *corpus* apresenta três postagens verbais simples, em que o político faz comentário sobre assunto em pauta, sendo as restantes postagens plurissemióticas, em que são compartilhados vídeos, charges, *banners*, trechos de projetos de lei etc., a maioria dessas acompanhada de enunciados verbais, onde consta a expressão *ideologia de gênero*. Em virtude do recorte que se torna necessário neste trabalho, optamos na análise por considerar apenas os enunciados verbais, mas

lembramos que há um conjunto de imagens, fotos, ilustrações que corroboram para a construção dos posicionamentos e dos sentidos que neste espaço estarão minimizados.

A análise proposta a seguir se espelha nos quatro eixos de observação que caracterizam a teoria das fórmulas discursivas de Alice Krieg-Panque.

Ideologia de gênero como cristalização de discursos conservadores

A fórmula discursiva *ideologia de gênero* apresenta uma estrutura cristalizada, já que apresenta significante relativamente estável e repetido, ou seja, é possível seguir os rastros da expressão em distintos discursos, desde sua origem, conforme apresentaram os trabalhos de Butler (2019) e Silva *et al.* (2021). Isso ocorre pois é pela cristalização que a fórmula adquire seu caráter ativo e sua força. Para Krieg-Planque (2010, p.71), a cristalização envolve também concisão, o que favorece sua circulação.

A expressão *ideologia de gênero* é uma unidade lexical complexa, composta por substantivo mais preposição mais substantivo. Tratando-se de expressão relativamente nova, sua constituição e circulação permitem colocar sob a suspeição do termo *ideologia* os desdobramentos teóricos e políticos que se filiam à teoria de gêneros sociais. Trata-se, assim, de uma fórmula que critica em sua própria forma os discursos que lhe são oponentes no campo social.

Apesar de bem soldada em sua forma material, *ideologia de gênero* se abre à opacidade, ao equívoco, à dispersão dos sentidos: “a análise do discurso considera que o que é ‘vago’ e que contribui para dispersar a significação (como o ‘não dito’, a ‘polissemia’...) é relevante para os interpretantes” (Krieg-Planque, 2018, p.171). A opacidade não é um problema dos enunciados, mas um recurso que a língua oferece aos seus usuários. A fórmula, concisa em sua forma, dispersa os sentidos conforme os contextos, os enunciadores, as temáticas, os recursos tecnológicos que lhe dão vida e ancoragem.

Vejamos algumas ocorrências em que a fórmula se presta a denunciar ou perspectivar atividades na educação, cristalizando também em sua forma concisa um discurso que passa a ser reconhecido como um programa ultraconservador para a educação: (E3) “O brasileiro desta vez tem a opção de escolher um Presidente [...] Contra ideologia de gênero e doutrinação ideológica nas escolas (Jair Bolsonaro). Nesse discurso, “ideologia” seria uma “doutrinação”, algo que se ensinaria na escola para crianças, sobretudo no projeto de “educação do PT”, e “gênero” significaria toda e qualquer forma de expressão e identidade diversas, que se opõem ao binarismo cis-heteronormativo, o que revela o machismo de forma velada, atribuindo valor

negativo à diversidade de gênero social. A expressão “doutrinação ideológica” assume o lugar do termo “ideologia”, atuando como variante da fórmula.

Eventualmente subindo o tom, alguns enunciadores, em usos e paráfrases da fórmula, consideram que a mínima discussão sobre gênero significa impor uma cultura de sexualização precoce de crianças e adolescentes, como em (E7): “no que depender de mim, pautas como ideologia de gênero, sexualização das crianças, bandidolatria (Gabriel Monteiro), ou até mesmo ao cometimento de crimes hediondos, como no caso do homicídio do menino Rhuan (E4) “Degolado por um casal de lésbicas motivadas por ideologia de gênero, ele também teve olhos furados, pele arrancada e corpo queimado e jogado em um bueiro” (Eduardo Bolsonaro). A fórmula, sua opacidade e sua repetição facilitam a falácia, o engodo e as relações apressadas entre o discurso progressista e os crimes praticados.

Há também usos da fórmula a que se agregam recursos verbais e tecnológicos que a transformam em palavras de ordem, *slogans*, *hashtags*, que elevam a cristalização e a concisão a uma nova potência de circulação e engajamento: (E6) “Diga não à ideologia de gênero! Vamos reagir!” (Magno Malta).

Outrossim, pode-se perceber a retomada da expressão *ideologia de gênero* por meio de variantes que assumem formas baseadas em outros recursos formais da linguagem como a metonímia e a sinonímia. Na postagem (1) em que o presidente Jair Bolsonaro versa sobre a aquisição de livros didáticos, o ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, afirmou no vídeo divulgado por Bolsonaro que os novos exemplares “não terão ideologia, ponto”. Assim sendo, o vocábulo “ideologia” retoma “ideologia de gênero” pela parte do enunciado. Na mesma postagem, o presidente utiliza a expressão “política (de gênero)” como sinônimo de “ideologia de gênero”. No enunciado (E1), “Livro didático no Governo Jair Bolsonaro: mais barato e sem política ou ideologia de gênero”, em postagem de Jair Bolsonaro, depreende-se que a conjunção alternativa “ou” realiza processo de sinonímia com “ideologia de gênero”. No entanto, sabe-se que entre esta expressão e “política de gênero” pode haver distinção de sentidos.

Na coleta de dados, também foi encontrado o uso recorrente da sequência *ideologia de gênese*⁷, em parte da amostra com menor número de interações. Essa expressão pode ser considerada fruto de descrystalização da fórmula analisada, no sentido de que apresenta valor semântico concorrente ao que os políticos conservadores consideram em *ideologia de gênero*,

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/413449662741546/posts/858433658243142>. Acesso em: 29 mar. 2022.

fazendo referência através de jogo de palavras ao texto bíblico que diz ter Deus criado o homem e a mulher.

Caráter discursivo: circulação e posicionamentos

A segunda propriedade da fórmula é o seu caráter discursivo. Apesar da materialidade linguística localizável na cadeia do enunciado, que tratamos como cristalização, para Krieg-Planque (2010, p.81), a noção de fórmula não é linguística, mas discursiva, ou seja, não existe sem os seus usos particulares e suscita posicionamentos e engajamentos. Para a autora, algumas expressões novas surgem e adquirem o estatuto de fórmula, enquanto a maioria preexiste formalmente à condição formulaica (2010, p.82). No entanto, para Silva *et al.* (2021, p.131), *ideologia de gênero* já nasce como fórmula, pois, desde sua origem, está “inscrita em relações discursivas bastante complexas, remetendo a diferentes posicionamentos”.

É possível atestar o caráter discursivo da fórmula *ideologia de gênero* que, desde o seu nascimento, mostra seu caráter problemático, seja por meio das enunciações, retomadas, reformulações, seja pela sua recusa. Uma expressão contundente que desperta comentários e questionamentos, gerando um debate público, como vemos nas postagens selecionadas.

O presidente Jair Bolsonaro, em 03/09/2019, demarcou seu posicionamento sobre a expressão em análise: (E2) “Determinei ao Ministério da Educação - MEC, tendo em vista o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, previsto na Constituição Federal, preparar Projeto de Lei que proíba ideologia de gênero no ensino fundamental.” Nesse sentido, o presidente assume a *ideologia de gênero* como um mal a ser combatido, projeto que vai ser de fato levado adiante, merecendo inclusive recurso ao STF.

A deputada Carla Zambelli, na postagem 8, em seu perfil, parabenizou o prefeito de São Paulo por prometer vetar projeto de lei de autoria do PT que incluiria a *ideologia de gênero* no currículo escolar. O vereador Gabriel Monteiro, na postagem 7, reafirmou também a independência e a inviolabilidade de suas convicções e que o combate à *ideologia de gênero* seria uma de suas prioridades em seu mandato, o qual foi cassado por denúncias de assédio moral e sexual a adolescentes.

Nota-se, portanto, que esses enunciadores não só ratificam a existência de uma *ideologia de gênero*, assim como fazem com que a suposta prática de doutrinação pelas políticas educacionais seja a causa de malefícios com consequências jurídicas, como se os estudos de gênero e as propostas políticas que lhe tomam como alicerce fossem compreendidos nos seus próprios, tornando-se um simulacro. A fórmula é instaurada e alimentada pelo processo de interincompreensão que aqui transforma o discurso do outro inclusive em discurso criminoso.

Por outro lado, considerando-a um “delírio”, o deputado federal Jean Wyllys afirma em (E9) que “não existe nada chamado ‘ideologia de gênero’, um delírio semelhante à teoria da ‘Terra plana’”. Em 04/01/2019, publica em seu perfil no Facebook que (E10) “o real significado de ‘ideologia de gênero’ é dizer que menino tem que usar azul, e menina, rosa”. Parafrasticamente, essa afirmação faz alusão à conhecida declaração feita pela Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro, Damares Alves⁸, a qual disse, no dia anterior à postagem do deputado, que menino veste azul e menina veste rosa, pois não haveria *ideologia de gênero* no governo Bolsonaro. Logo, de forma irônica, o deputado ressignificou a expressão, no sentido de que impor o binarismo cis-heteronormativo à população e negar o direito à identidade de gênero é a verdadeira ideologia do atual governo.

Pode-se observar das sequências acima, portanto, que, pelo caráter discursivo da fórmula *ideologia de gênero*, posicionamentos são construídos e retomados em diversos contextos, gêneros e campos discursivos, não apenas nos perfis dos agentes políticos analisados, mas também nos comentários dos usuários em geral.

Caráter de referente social: frequência e relevância

A terceira propriedade da fórmula é o caráter de referente social, o que significa dizer que a fórmula é um signo que evoca alguma coisa para todos em um dado momento, sendo conhecido por todos, o que o faz adquirir notoriedade, o que pode ser indicado pela observação do aumento da frequência desse signo, ao longo do tempo, em um *corpus* estável (Krieg-Planque, 2010, p. 92). No caso da fórmula *ideologia de gênero*, é possível observar diacronicamente sua frequência para além dos recentes usos apresentados neste trabalho, pois circula desde os anos 90 nos textos canônicos religiosos, no campo jurídico, nas notícias, nos projetos de lei, e especialmente em discursos orais e escritos das disputas político-partidárias, incluindo as ocorridas nas eleições presidenciais de 2018 e 2022, o que torna a fórmula em análise conhecida por um número cada vez maior de pessoas, obrigando-as a se situarem e a tomarem posição frente a ela.

Entre os enunciadores selecionados, há um grupo predominantemente formado por políticos que propagam valores morais ultraconservadores, como é possível observar nos perfis

⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>. Acesso: em 29 mar. 2022.

de Jair Bolsonaro, Carla Zambelli e Gabriel Monteiro. São integrantes da extrema-direita, geralmente representantes do chamado bolsonarismo, que defendem o modelo de família tradicional e heteronormativa. A maioria desses é ligada à bancada religiosa e fundamentalista, fazendo oposição às políticas que versam sobre identidade de gênero. São esses os que mais utilizam a expressão *ideologia de gênero* em seus perfis nas redes sociais, conforme indicou a coleta de dados, pois querem impor sua interpretação de que realmente existe um projeto nacional com o intuito de doutrinar a orientação sexual de crianças e adolescentes nas escolas.

A despeito desse posicionamento, políticos ligados a partidos progressistas, como Jean Wyllys, manifestam-se discursivamente por meio da refutação às opiniões do grupo adversário quanto à *ideologia de gênero*. Para o deputado Jean Wyllys, a *ideologia de gênero* “só existe como verdade na cabeça de alguns mal informados ou mal intencionados”. Para Krieg-Planque (2010, p. 96), a refutação é uma manifestação discursiva que testemunha o fato de que se é obrigado a assumir uma posição diante de uma fórmula, atestando seu caráter de referente social.

Caráter polêmico: o embate

A quarta propriedade da fórmula é seu caráter polêmico, sendo este indissociável do caráter de referente social, pois a polêmica se põe em um território partilhado, onde há um denominador comum de discursos (Krieg-Planque, 2010, p. 100). Na circulação do enunciado *ideologia de gênero*, os enunciadores mobilizam entre si opiniões contrárias a respeito do termo, gerando um embate discursivo em que os actantes concordam ou discordam entre si. Como a fórmula é portadora de questões sociopolíticas, põe em jogo a própria existência das pessoas, sobretudo no discurso político do qual os cidadãos dependem, que envolve seus direitos e deveres, relações de igualdade ou de desigualdade, solidariedade, ou não, e a ideia de nação que constroem.

Retomamos o caso do homicídio do menino Rhuan, apontado em (E4) por Eduardo Bolsonaro como resultado da suposta *doutrinação de gênero*: “Degolado por um casal de lésbicas motivadas por ideologia de gênero, ele também teve olhos furados, pele arrancada e corpo queimado e jogado em um bueiro”. Tal declaração propicia o pânico moral nos interlocutores, pois utiliza a união homoafetiva como mote para um suposto ódio ao menino, pelo simples fato de pertencer ao sexo masculino. Nesse caso, a intenção de proibir a discussão sobre gênero na educação formal ultrapassa os muros escolares com o intuito de desabonar todas as relações afetivas distintas da heteronormatividade. Nesse sentido, o parlamentar caminha em direção ao que se pode chamar de pós-verdade, em que tenta modelar a opinião

pública por meio de apelo ao emocional e às crenças pessoais de senso comum, ou seja, os fatos objetivos importam menos do que a polêmica presente na descrição desse triste infanticídio.

Para Krieg-Planque (2010, p. 102), “a polêmica pode recair sobre a realidade ou, ao contrário, sobre a inconsistência do referente que a fórmula designa”. No enunciado (E7) da postagem do vereador Gabriel Monteiro, o político afirmou que realizaria o combate à *ideologia de gênero*: “no que depender de mim, pautas como ideologia de gênero, sexualização das crianças, bandidolatria, e as demais *sacanagens* da esquerda, serão *derrotadas*.” Como se percebe neste caso, o vereador utiliza a fórmula *ideologia de gênero* para designar a adoração à ‘bandagem’ então atribuída ao espectro político da esquerda, como se tal ideologia visasse ao incentivo da prática sexual precoce em crianças. Logo, a utilização da fórmula tem viés político, com a intenção de desqualificar os partidos adversários.

Palavras Finais

A importância deste estudo pôde ser justificada pela recorrência de discursos intolerantes com relação à diversidade de gênero nas políticas educacionais, sobretudo a partir da ascensão de um governo com viés ultraconservador. A análise do *corpus* de dez postagens de autoria de políticos, que obtiveram maior performance na rede social Facebook, revelou que a fórmula *ideologia de gênero* cristaliza e impulsiona discursos machistas, misóginos, retrógrados e anticientíficos, silenciando o debate e os múltiplos sentidos conquistados na memória discursiva sobre gênero, inclusão, homoafetividade e direitos das minorias. O contradiscurso também pôde ser aferido nas duas postagens de Jean Wyllys, com menor número de interações, o que indica um maior engajamento quanto ao uso da expressão *ideologia de gênero* por políticos de extrema-direita e seus seguidores.

A partir da teoria das fórmulas discursivas e das quatro propriedades formulaicas estabelecidas por Alice Krieg-Planque (2010; 2011), os resultados da análise puderam mostrar: 1- a importância da fórmula *ideologia de gênero* como objeto polêmico, arena de disputas, em que se polemiza pela descrição do mundo, quando adversários confrontam visões de identidade, educação, sexualidade, formas de existir, família etc. Entendida por uns como capaz de motivar crimes hediondos e, por outros, como puro *delírio*, a expressão suscita um antagonismo de opiniões; 2 – a cristalização, soldadura ou amálgama da unidade lexical complexa *ideologia de gênero*, constituída por nome mais preposição mais nome, sendo uma expressão neológica que se torna um ideograma durável, capaz de cristalizar discursos e propostas conservadoras, também através de variantes e paráfrases que lhe garantem uma eficácia na circulação em vários contextos; 3- como referente social, a fórmula circula, como atestado em outros trabalhos, em

vários discursos e lugares de emergência, orais e escritos, especializados, leigos etc. Este trabalho atesta sua frequência no discurso político, divulgado em redes sociais. Embora não tenha motivado grande produtividade lexicológica, com variações morfológicas e produção de derivados e compostos, seu caráter notório se inscreve também em lexias simples, como *ideologia* e *doutrinação*, que lhe servem de variantes, aumentando sua frequência e notoriedade; 4- instada a confrontar a teoria de gênero como um mal a ser combatido, o caráter discursivo da fórmula *ideologia de gênero* é revelado pelos posicionamentos que seu uso reforça, produzindo efeitos de deslegitimação dos debates sobre gênero e contradiscursos militantes.

Em relação ao nosso ponto de partida, o trabalho de Silva *et al.* (2021), esta pesquisa permite verificar a escalada da expressão *ideologia de gênero* nos anos do governo Bolsonaro, tornando-se o mote fundamental de uma ação discursiva orquestrada e efetivada por atores do campo ultraconservador em busca de hegemonia entre os discursos políticos. Nossa metodologia, baseada na mineração de dados, explicita bem a estreita relacionalidade dessa massa de enunciados proferidos e compartilhados nessa ação discursiva da extrema-direita que pode ser entendida como uma verdadeira campanha de desinformação e intolerância. Como, cada vez mais, somos instados a responder à escala amplificada dos fenômenos discursivos nas redes sociais, a análise permitiu avaliar para onde essa ação discursiva orquestrada orienta os sentidos da expressão *ideologia de gênero* que escalam para a semântica da criminalização da discussão e das políticas de gênero no país. Também atesta as limitações de circulação do contradiscurso, ainda que este se faça presente e apresente uma argumentação de invalidação da fórmula, com base na também amplificada discussão em torno das *fake news* e da pós-verdade.

Também, ao se observar a circulação da expressão *ideologia de gênero* desde seu surgimento, percebeu-se que essa foi cunhada com o objetivo inicial de se contrapor aos valores defendidos pelo movimento feminista, mas ganhou escopo mais abrangente na última década, opondo-se às questões LGBTQIA+, que se tornaram o alvo dos posicionamentos conservadores que ascenderam a governos de vários países. No Brasil, esses valores se amplificaram na figura de Jair Bolsonaro, sua família e integrantes do seu governo, centrados na defesa de uma suposta virilidade, que discrimina como não masculinos os comportamentos, gestos e discursos apontados como próprios de *gays*. Conforme nota Cameron (2010, p.137), é a estilização repetida dos corpos que é traduzida como *masculinidade insuficiente*. A fórmula, portanto, vira uma marca de discursos homofóbicos e transfóbicos, a fim de silenciar a população LGBTQIA+.

Como afirma Bulgarelli (2018, p. 102), “a expressão ‘ideologia de gênero’ merece ser entendida a partir do deslocamento do próprio significado de gênero”. Isso consiste em reduzir a categoria a uma mera ideologia, parcializando sua legitimidade e neutralizando seus efeitos. Nesse sentido, é característica da disputa pela expressão a multiplicação de políticos que entendem a *ideologia de gênero* como um mal a ser combatido, tese que continuou sendo difundida por muitos candidatos a cargos eletivos no pleito eleitoral de 2022.

Apesar de a chamada *ideologia de gênero* ser um rótulo para a manutenção de valores ultraconservadores, nada pode mudar o que se constata nas ruas, na cultura e na sociedade como um todo, haja vista que são muitas as conquistas da população LGBTQIA+, fruto de resistência e resiliência, a despeito das tantas violências sofridas por essa comunidade.

Referências

BULGARELLI, L. Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010. In: SOLANO, E. G. (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUTLER, J. Ideologia anti-gênero e a crítica da era secular de Saba Mahmood. In: **Debates do NER**, ano 19, no. 36, p. 219-235. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.99586>. Acesso em: 4 nov. 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMERON, D. Desempenhando identidade de gênero: Conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. **Linguagem, gênero, sexualidade**: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CROWDTANGLE. **CrowdTangle**. Disponível em: <https://apps.crowdtangle.com/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

GOOGLE. **Google Trends**. Disponível em: <https://trends.google.com/trends/?geo=BR>. Acesso em: 10 nov. 2021.

KRIEG-PLANQUE, A. 2010. **A noção de fórmula em Análise do Discurso**: quadro teórico e metodológico. São Paulo: Parábola, 2010.

KRIEG-PLANQUE, A. Fórmulas e lugares discursivos: propostas para a análise do discurso político. In: MOTTA, A.R.; SALGADO, L. (org). **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-40.

KRIEG-PLANQUE, A. **Analisar discursos institucionais**. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Helena Boschi. Uberlândia: Edufu, 2018.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

PAVEAU, M. A. **Análise do discurso digital**: Dicionário das formas e das práticas. Campinas: Pontes Editores, 2021.

SCALA, J. **Ideologia de gênero**: neototalitarismo e a morte da família. Trad.: Luège Carvalho. São José dos Campos: Kathechesis, 2011. Título original: SCALA, J. **La ideología de género** - el género como herramienta de poder. Rosario: Ediciones Logos, 2020.

SILVA, E. G., DOMINGUES, A. V. P., OLIVEIRA, B. R. "Ideologia de gênero" e caráter acontecimental da fórmula. *In*: OLIVEIRA, H., POSSENTI, S. (org.). **Rumor público**: polêmica e fórmula discursiva. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2021. p. 113-139.

Sobre os autores

Hélvio Pires Tolentino (Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0008-9220-0275>)

Professor. Licenciado em Letras-Português pela UFES. Mestrando em Linguística pela UFES (PPGEL).

Júlia Maria Costa de Almeida (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2430-4116>)

Professora do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL/UFES).

Recebido em julho de 2023.

Aprovado em outubro de 2023.